

PRIORIDADES DO TRIBUNAL

Sistema de Controle Interno e Contabilidade Aplicada ao Setor Público

BRUNO ANSELMO BANDEIRA

Secretário Chefe da Consultoria Técnica
Tribunal de Contas de Mato Grosso

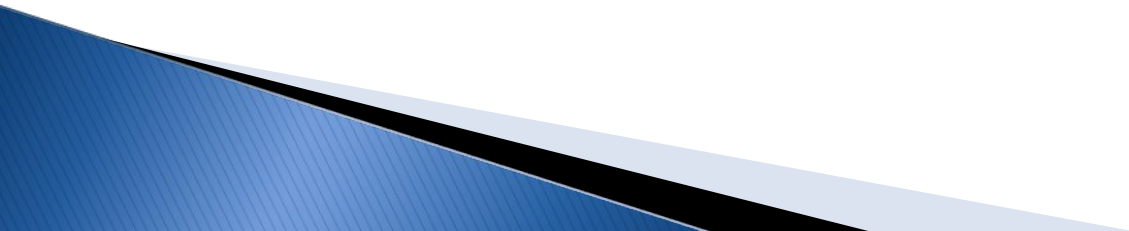


SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O que é?

Quem faz?

Quem responde?



Obrigatoriedade

- **Constituição Federal de 1988**
 - **LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal**
 - **Lei 4.320/64 – Lei de Finanças Públicas**
- 

Plano Estratégico 2006-2011

Objetivo Estratégico 6. Contribuir para a melhoria da eficiência da administração pública

Meta 6.1. Exigir a implantação das normas de controle interno em 100% dos fiscalizados, até dez/2011

- ✓ Lei de implantação do sistema
- ✓ Normas de rotinas e de controles

Guia de Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública

Processo democrático de construção do guia

Aprovação do guia por meio da RN 01/2007

Criação do SCI por meio de lei

Controlador interno concursado

Atribuições e responsabilidade da Gestão

Atribuições e responsabilidades da UCI



Guia de Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública

Definição dos sistemas administrativos

Normas de rotinas e procedimentos de controle

Cronograma de implementação do SCI

Estabelecimento de roteiros e modelos

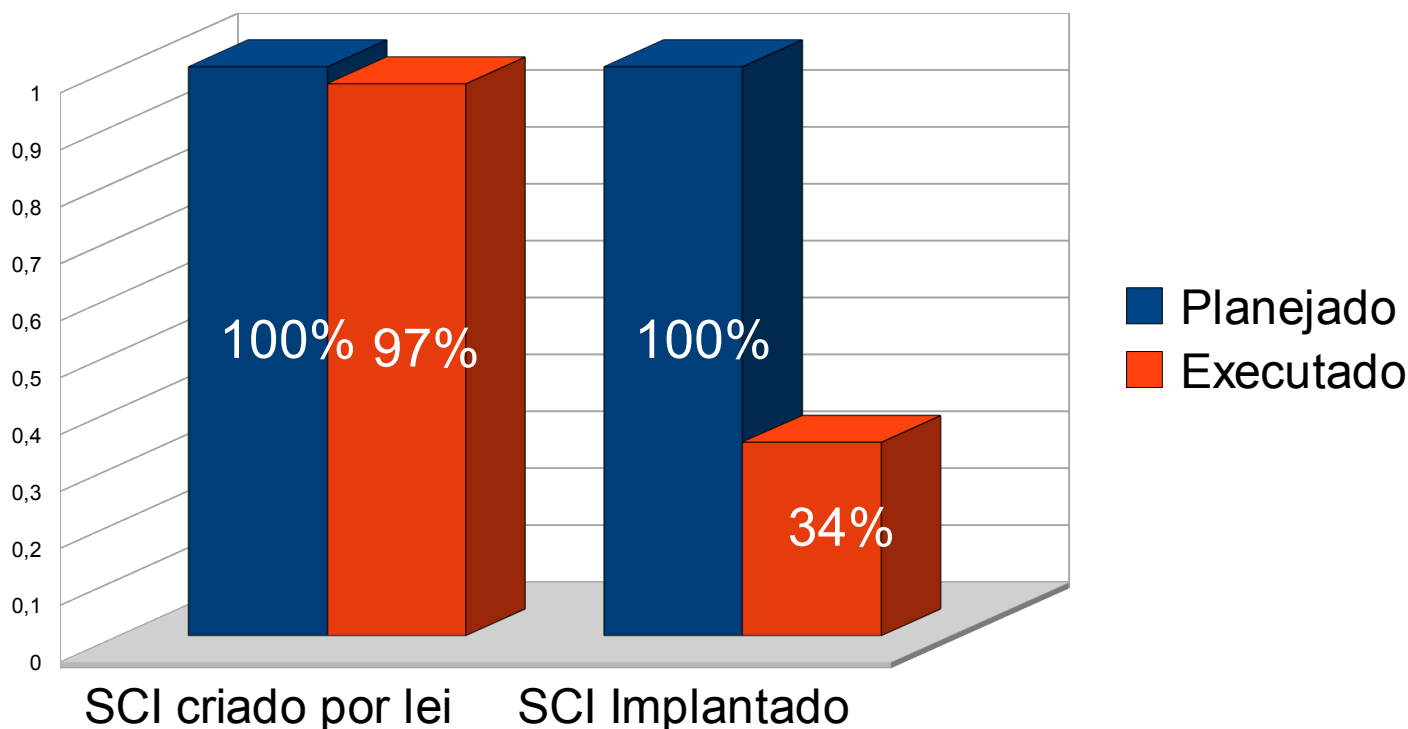
Fiscalização do cumprimento nas contas anuais

Controle Interno da Câmara e da Prefeitura



Guia de Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública

RESULTADO PLANO ESTRATÉGICO 2006-2011



Plano Estratégico 2012-2017

Objetivo Estratégico 5. Contribuir para a melhoria do desempenho da administração pública

Meta 5.1. Garantir o atendimento de 100% dos requisitos de controle interno em cada fiscalizado, até dez/2017

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Conceito de Sistema de Controle Interno

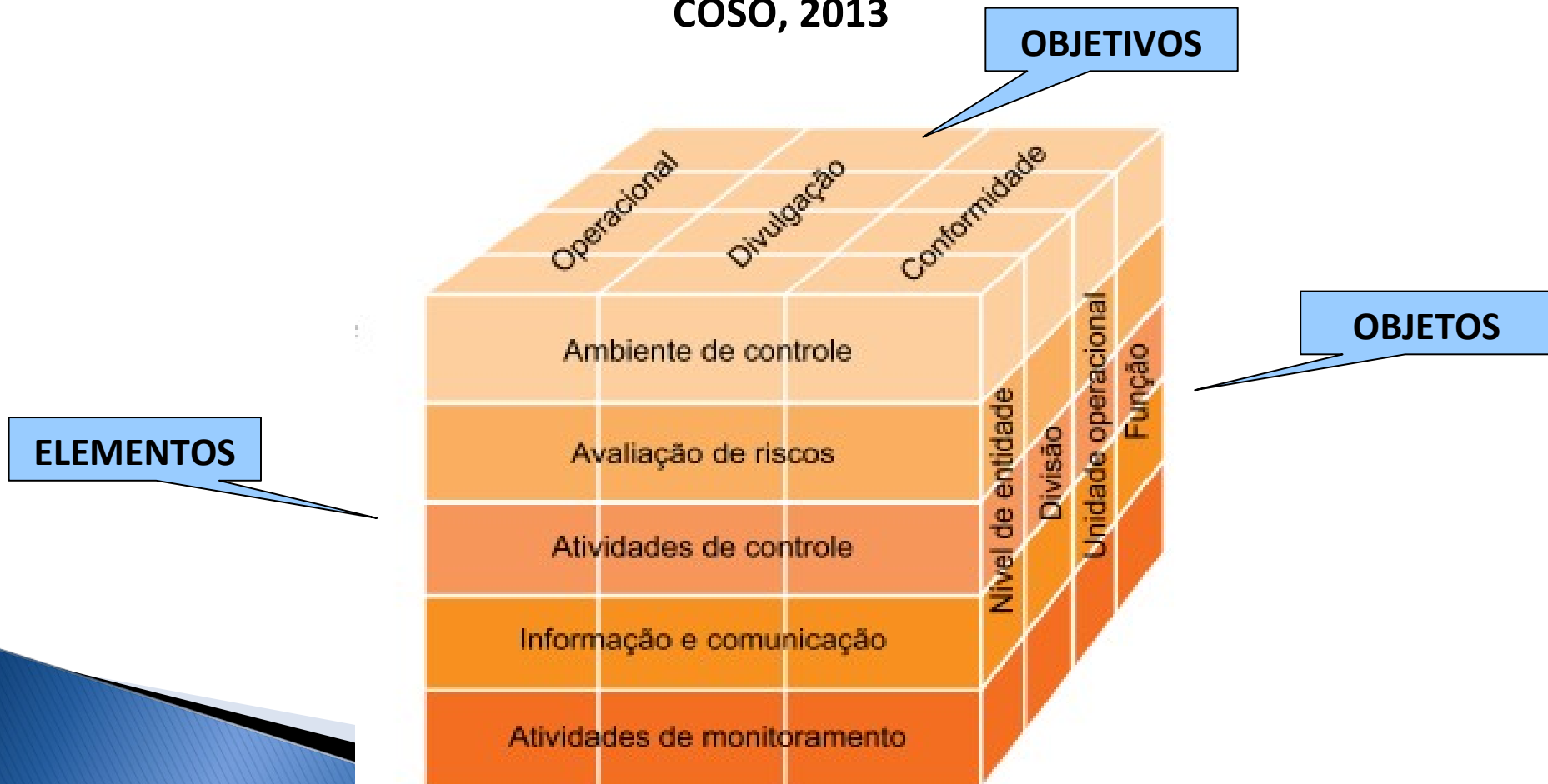
- É um processo efetuado pela administração e por todo o corpo funcional
- Integrado ao processo de gestão em todas as áreas e todos os níveis da organização
- Estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Modelo de Referência de Sistema de Controle Interno

COSO, 2013



Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados



02 Grupos

16 Critérios

140 Requisitos

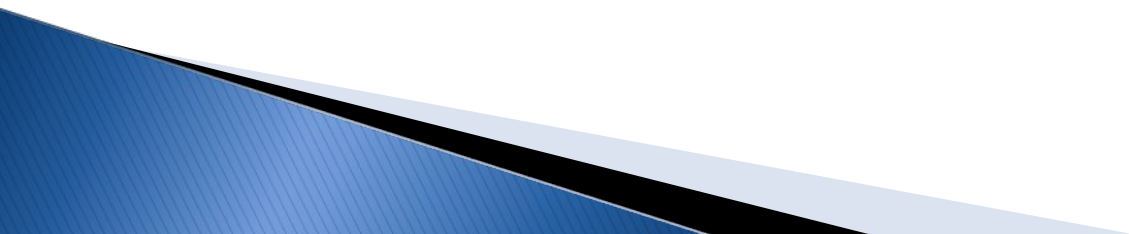
Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

Grupo 1 - Posição, atribuições e independência da UCI na Estrutura Organizacional do Poder ou Órgão

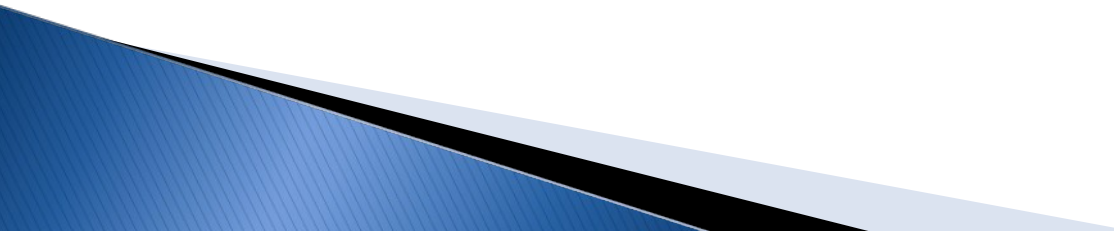
Grupo 2 - Existência, aderência e adequação das normas de rotinas e dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos



Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

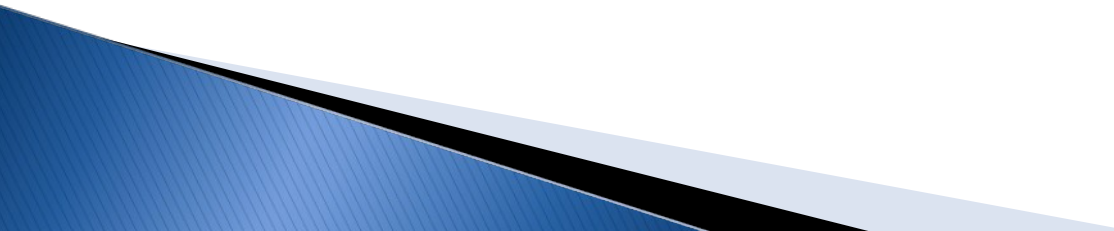
Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

- Independência da UCI em relação às unidades controladas e vinculação direta ao dirigente máximo
 - Previsão legal das prerrogativas, atribuições e responsabilidades dos profissionais do controle interno
 - Criação da carreira de controlador interno por lei e previsão dos requisitos para ingresso no cargo
- 

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

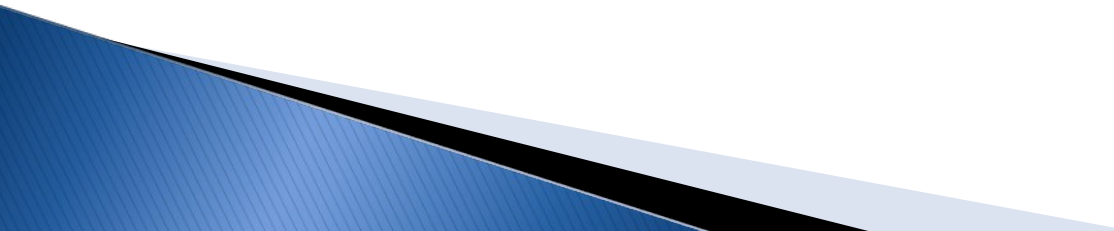
Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

- Estrutura concreta do quadro de pessoal da UCI provida por meio de concurso público em observância aos requisitos legais
 - Líder da UCI nomeado dentre servidores efetivos, de preferência dentre integrantes da carreira de controlador interno
 - Adequação da quantidade de pessoal da UCI para realização de suas atribuições
- 

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

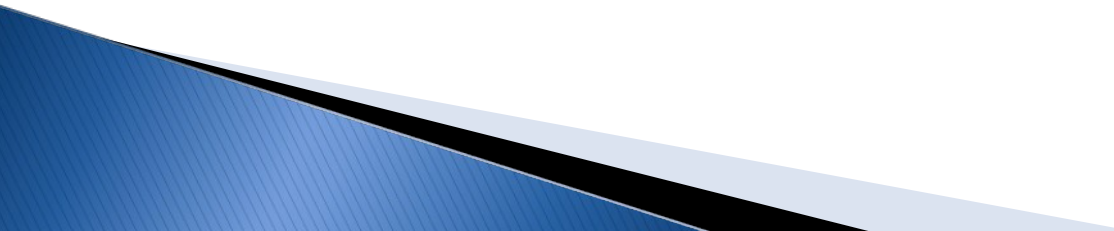
Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

- Adequação da competência técnica do pessoal da UCI para realização de suas atribuições
 - Compatibilidade da remuneração do pessoal da UCI com a remuneração de cargos do respectivo ente com níveis de complexidade e de responsabilidade semelhantes
 - Adequação da estrutura física da UCI para o exercício de suas atividades, a fim de garantir sua independência e objetividade
- 

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

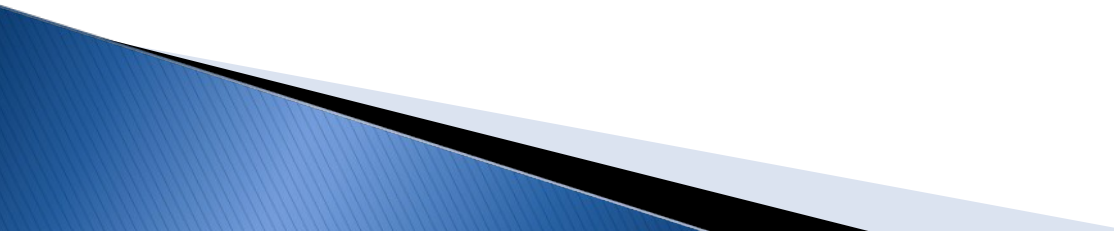
Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

- Acesso irrestrito pelos auditores internos aos documentos e às informações necessárias à realização de suas atribuições
 - Desenvolvimento exclusivo de atividades próprias de controle e de auditoria interna pela UCI - segregação de funções
 - Realização de auditorias internas periódicas pela UCI de avaliação de controles internos dos processos organizacionais
- 

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

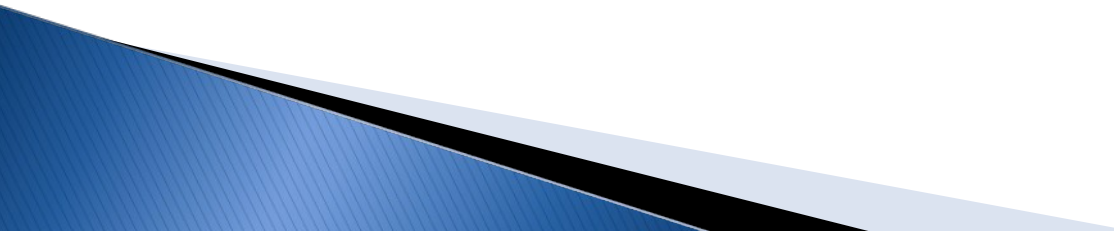
Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

- Planejamento anual de auditoria interna, elaborado e aprovado pela UCI, sem interferências e limitações na sua execução
 - Adoção das medidas cabíveis pelo gestor para a implementação das recomendações propostas pela UCI
 - Existência de política e de processo de gerenciamento de riscos corporativos
- 

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Estabelece requisitos mínimos para estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados

- Existência de normas de rotinas e de procedimentos de controle relativas aos processos de trabalho da organização
 - Aderência às normas pelas unidades administrativas executoras dos processos de trabalho da organização
 - Adequação das normas de rotinas e de procedimentos de controle dos processos de trabalho da organização
- 

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Obrigações dos Gestores

- Atender os requisitos do sistema de controle interno, cujo descumprimento será apreciado no julgamento das contas.
 - ✓ Prefeituras (100%)
 - ✓ Câmaras (No que couber)

Obrigações dos Controladores

- Elaboração e execução do PAAI
- Realização de auditorias de avaliação de controles internos
- Não realizar atividades que sejam tipicamente de gestão

Resolução Normativa 33/2012

Alterada pelas RN 05/2013 e 26/2014

Obrigações do Tribunal

- Fortalecer o processo de orientação e de fiscalização do cumprimento dos requisitos do sistema de controle interno
- Desenvolver metodologia e capacitar os controladores internos em auditoria de avaliação de controles internos
 - ✓ Orientação
- Padronizar procedimentos de auditoria para fiscalizar o cumprimento dos requisitos do sistema de controle interno
 - ✓ Fiscalização

Capacitação dos Controladores Internos

Realização de encontros anuais dos controladores internos

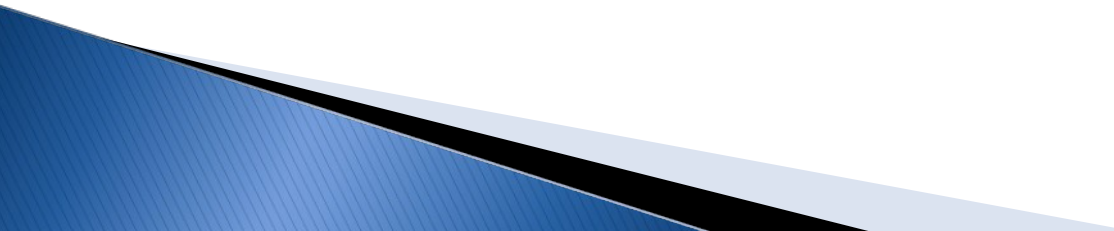
Controladores internos contemplados no público-alvo dos eventos destinados aos fiscalizados

Tema Controle Interno é abordado em todos os eventos de capacitação dos fiscalizados

Grupo de orientação aos controladores internos



Projeto de Melhoria dos Controles Internos dos Fiscalizados

- Desenvolvimento de metodologia e de modelo de avaliação de controles internos em nível de atividades
 - Capacitação dos Controladores Internos para realização de avaliação de controles internos em nível de atividades
 - Realização de auditorias coordenadas de avaliação de controles internos em nível de atividades
 - ✓ Piloto: Processo de Logística de Medicamentos
- 

Diretrizes para responsabilização por irregularidades em face do SCI

Não-instituição do SCI mediante lei específica

- Responsável: Chefe do Poder Executivo

Ausência de normatização das rotinas internas e procedimentos de controle do SCI, conforme cronograma

- Responsável: Dirigente máximo
- 

Diretrizes para responsabilização por irregularidades em face do SCI

Não-observância do princípio da segregação de funções

- Responsável: Autoridade designante

Ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos

- Responsável: Servidor responsável pela unidade executora do sistema/subsistema administrativo

Diretrizes para responsabilização por irregularidades em face do SCI

Omissão do responsável pela UCI em comunicar/notificar o gestor competente diante de irregularidades constatadas

Omissão do responsável pela UCI em representar ao Tribunal de Contas do Estado sobre as irregularidades que evidenciem prejuízos ao erário não reparados

- Responsável: Responsável pela UCI

NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Quais são as mudanças?

Quem deve promovê-las?

Quem são os responsáveis?



CONTABILIDADE PÚBLICA

Ferramenta Indispensável à Gestão

Nem sempre a contabilidade é vista como uma ferramenta de gestão, mas como uma formalidade exigida pela lei.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Ferramenta Indispensável à Gestão

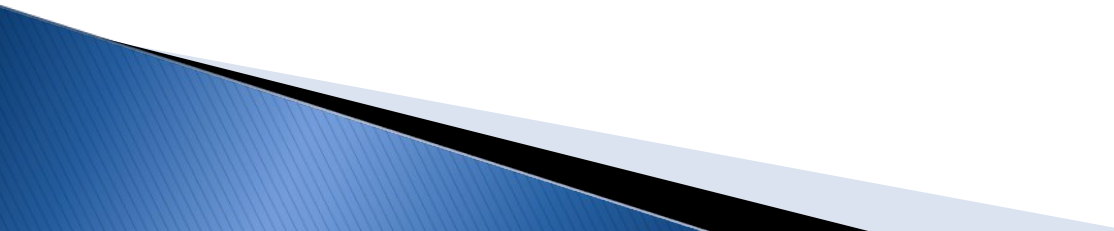
Nova Contabilidade Pública

=

Registro Integral do
Patrimônio Público
(Contabilidade Patrimonial)

VISÃO PATRIMONIAL DA CONTABILIDADE

As variações no patrimônio devem ser reconhecidas pelo contador independentemente do cumprimento das formalidades legais:

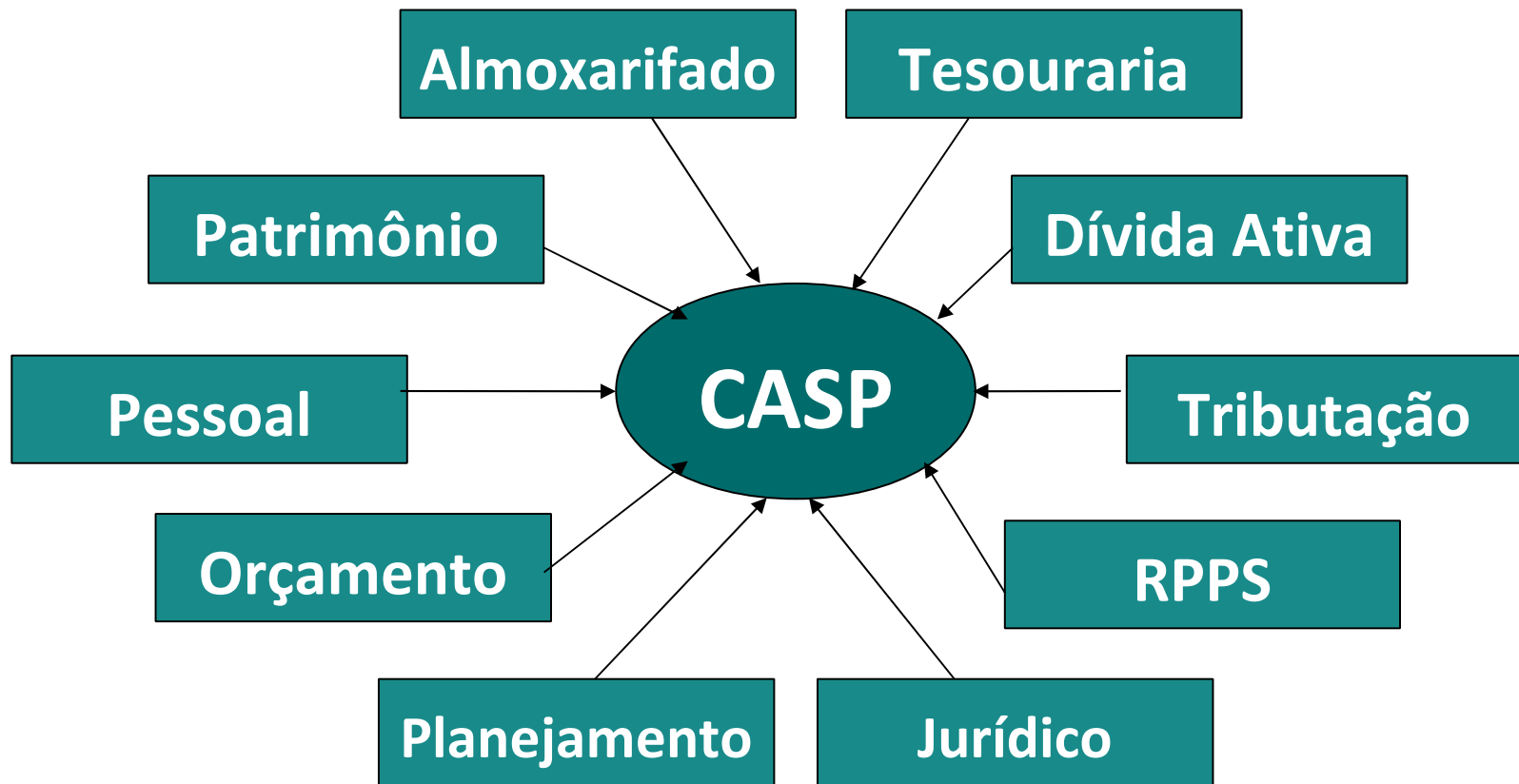
- viés patrimonial da contabilidade
 - independente da execução orçamentária
 - essência sobre a forma
- 

VISÃO PATRIMONIAL DA CONTABILIDADE

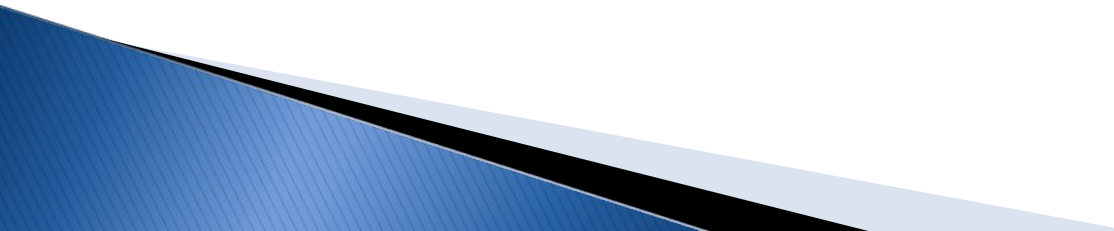
Exemplo: Conta de luz com data pagamento vencida e não empenhada

- Contabilidade registra obrigação patrimonial de pagamento, no momento do fato gerador
- Independentemente de registro orçamentário e de pagamento

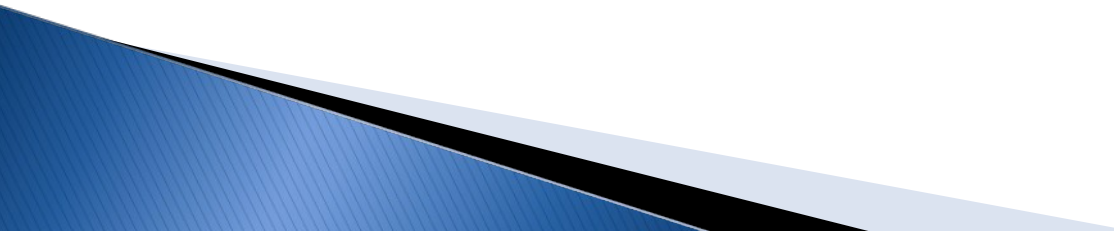
VISÃO SISTÊMICA E INTEGRADA DA CONTABILIDADE PÚBLICA



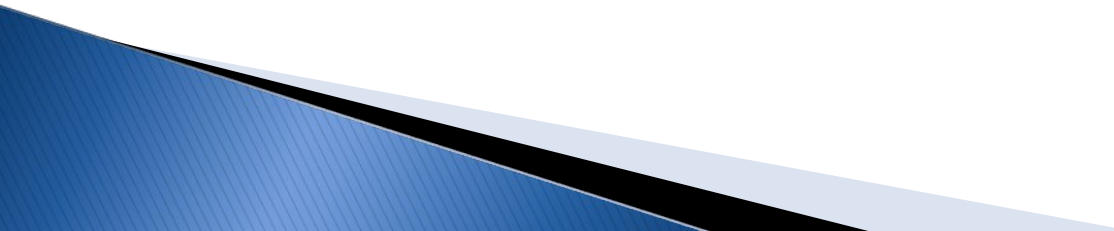
RESPONSABILIDADES DO GESTOR

- Exercer LIDERANÇA sobre o processo de mudança
 - Garantir a integração e o bom relacionamento da contabilidade com outros setores
 - Regulamentar e definir responsabilidades
 - Definir calendário de compromissos
 - Promover estruturação do setor de contabilidade
 - Realizar concurso e valorizar o contador
 - Garantir capacitação do contador e servidores
- 

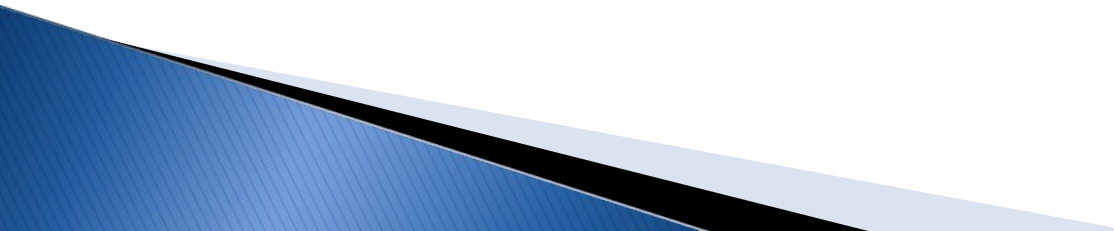
RESPONSABILIDADES DO CONTADOR

- Coordenar o processo de mudança
 - Orientar unidades envolvidas
 - Promover o registro e evidenciação do patrimônio – fato gerador
 - Princípios da competência e da oportunidade
 - Registro tempestivo dos fenômenos contábeis
 - Fechamento diário da contabilidade
- 

RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

- Executar rotinas e os controles administrativos
 - Gerar informações tempestivas e confiáveis sobre fatos que afetam o patrimônio
 - Gerar suporte documental para os registros contábeis
- 

RESPONSABILIDADE DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Cobrar implementação das mudanças
 - Orientar gestor e demais unidades
 - Fiscalizar o processo de mudança
 - Notificar gestor e demais unidades
- 

Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias
(do mundo e as nossas)
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.

Trecho do poema: Tratado geral das grandezas do ínfimo
Manoel de Barros

OBRIGADO PELA ATENÇÃO!!!

